

36º Encontro Anual da Anpocs

GT15 - Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia

Raça, classe, gênero e trajetórias militantes

Claudete Gomes Soares

|

Águas de Lindóia
2012

Raça, classe, gênero e trajetórias militantes

Claudete Gomes Soares¹

Introdução

O tema dessa comunicação **Raça, classe, gênero e trajetórias militantes** surgiu do trabalho de pesquisa para a elaboração da tese de doutorado sobre o Partido dos Trabalhadores e a questão racial no Brasil, intitulada “Raça, classe e cidadania: a trajetória do debate racial no Partido dos Trabalhadores (1980-2003)”. Nela nos propomos a abordar dois eixos que dizem respeito às relações entre gênero e poder. No primeiro deles, faremos um exercício intelectual para evidenciar porque as feministas/mulheres, ao utilizarem a estratégia de articulação entre gênero e classe como forma de ampliação de espaços de poder e de visibilidade da questão de gênero, lograram mais êxito no processo de politização da questão de gênero no PT do que os militantes negros ao utilizarem o eixo raça e classe na politização da questão racial. Quem eram as mulheres que estavam levando essa discussão para o partido? Qual era o estágio desse debate na sociedade? Qual a relação das feministas com a esquerda? Que espaços essas mulheres ocupavam no partido? Faremos essa abordagem a partir da análise dos artigos sobre a questão de gênero, publicados na *Revista Teoria e Debate* - revista vinculada ao PT - considerando a trajetória intelectual, profissional e política de suas autoras.

Na segunda parte do artigo abordamos as potencialidades do eixo gênero e raça no processo de institucionalização da problemática racial, a partir da ação de organizações e mulheres negras no cenário da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. As questões que são apresentadas nessa parte do texto são constitutivas de uma agenda de pesquisa sobre a qual pretende se debruçar a autora. Quando estudamos o processo de politização da questão racial no PT, percebemos que, embora o partido tenha atraído para as suas fileiras mulheres e homens negros identificados com o campo da esquerda, foram os militantes negros, homens, que estiveram à frente da estruturação de espaços de poder no partido. As mulheres negras, com raras exceções, tornaram-se invisíveis nas disputas pelo poder no partido.

¹ Claudete Gomes Soares é doutora em Sociologia pelo programa de doutorado em Sociologia da Unicamp e professora Adjunta I da Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Chapecó.

A partir da segunda metade da década de 1990, mais especificamente em 1995, com a Marcha Zumbi dos Palmares, o campo do movimento social negro passou por um processo de mudanças gerador de novos significados políticos que se intensificou com a realização da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo. Esses eventos e as questões que trouxeram promoveram o deslocamento da questão racial do campo da esquerda e a crescente visibilidade das organizações não-governamentais negras. Essas organizações passaram a disputar o campo do movimento social negro com a militância negra ligada aos partidos e as centrais sindicais e as organizações mais tradicionais do campo do movimento social negro, a exemplo do MNU (Movimento Negro Unificado).

Nessa nova fase de politização da questão racial, tem se destacado o protagonismo de mulheres negras que estão à frente das várias organizações não-governamentais que surgiram no final da década de 1980 com um crescente aumento durante a década de 1990. Essas organizações tiveram um papel bastante singular no processo da Conferência de Durban e as mulheres negras têm sido chamadas a ocupar os espaços institucionais para a questão racial que têm surgido como consequência dos resultados da Conferência.

De uma forma bastante incipiente procuramos pontuar o papel do eixo gênero e raça na trajetória dessas mulheres e suas organizações destacando como a experiência com espaços institucionais, surgida da disputa como o feminismo branco, foi uma importante fonte de empoderamento para essas mulheres, assim como o acesso a determinados saberes como o domínio de uma segunda língua seja o espanhol ou o inglês. Partimos do pressuposto que o protagonismo feminino que ganhou visibilidade nesse cenário está ancorado na qualificação profissional e intelectual dessas mulheres, que lhes conferiu potencialidades para usar os recursos necessários para forjar e consolidar espaços de poder.

I

1. O cultural e o econômico nos processos de subordinação com base em gênero e raça

Em pesquisa comparativa a respeito do tratamento de raça e gênero pelo Partido dos Trabalhadores na década de 1980, foi possível constatar que mesmo que a visibilidade das subordinações com base em gênero também tenham sido secundarizadas no projeto partidário guiado pela centralidade da luta de classes, elas ganharam, já na década de 1980, um espaço, entre os temas considerados próprios ao partido que a questão racial nem de longe desfrutou.

Em função da semelhança de status entre os dois temas – ambos têm uma dimensão econômica e cultural – contrastar a politização das subordinações, discriminações e desigualdades raciais com processos semelhantes referenciados ao gênero nos possibilita evidenciar as particularidades presentes no debate sobre raça no Brasil e as barreiras que se fazem presentes em sua incorporação pelas instituições e organizações políticas.

Os termos que impulsionaram o processo de consolidação do partido enquanto instituição política favoreceram os movimentos cujas demandas eram identificadas como injustiças econômicas. Esses foram eleitos interlocutores privilegiados do PT. Nesse universo, os movimentos que aliaram a dimensão cultural à econômica, como o movimento feminista/mulheres, forçaram uma via de interlocução com o partido ao conseguirem estabelecer pontos de conexão com os aspectos prioritários do projeto partidário: a centralidade da luta de classes e o socialismo petista. Por fim, as demandas que foram classificadas como culturais tornaram-se praticamente invisíveis, sendo percebidas tão somente a partir de sua exterioridade em relação à agenda política partidária: caso das demandas do movimento social negro.

Essa hierarquização entre os movimentos e os critérios que definem as suas demandas como sendo da órbita das questões partidárias ou exteriores a ela nos leva às distinções propostas por Nancy Fraser (2005), entre injustiças culturais e injustiças econômicas, entre o reconhecimento e a distribuição, como dois paradigmas de justiça analiticamente diferentes.

No paradigma da redistribuição, a injustiça sócio-econômica é aquela produzida pelas estruturas da sociedade e ganha a forma de exploração, marginalização e privações

econômicas. Enquanto a injustiça cultural ou simbólica, enfatizada pelo paradigma do reconhecimento é produzida por modelos sociais de representação, de interpretação e de comunicação. Isso significa que alguns grupos sociais são reproduzidos por concepções estranhas e hostis, o que leva ao não reconhecimento: o “tornar-se invisível sob o efeito de práticas autoritárias de representação, comunicação ou interpretação” ou o desprezo: “ser inferiorizado por representações culturais (...)” (idem, p.17).

Em uma abordagem típica ideal, a autora associa quatro grupos a esses dois paradigmas de injustiça com o objetivo de ressaltar que em alguns casos um mesmo grupo sofre os dois tipos de injustiça, enquanto em outros é apenas um deles que está em questão. Os processos de dominação vividos pelos homossexuais, por exemplo, estariam no campo do reconhecimento, pois eles estão presentes em todas as classes sociais e a opressão que sofrem é devida à imposição de uma norma cultural dominante: a da heterossexualidade e não à divisão social do trabalho. A forma de remediar a opressão vivida pelos homossexuais seria o reconhecimento de sua diferença. Ao passo que a injustiça vivida pelo proletariado, tal como apresentado pela concepção marxista clássica, remete à reestruturação econômica, com o objetivo não de reconhecimento da diferença, mas de sua eliminação. Nesse caso, trata-se de eliminar a categoria social proletariado. Esses dois exemplos possibilitam entender o que está em jogo em um paradigma e em outro em sua forma pura: no primeiro o remédio para a injustiça é o reconhecimento da diferença e no segundo a sua eliminação.

No entanto, na realidade essas duas formas de injustiças podem aparecer imbricadas. Quando isso ocorre, os grupos implicados demandam os dois modelos de justiça: reconhecimento e redistribuição. Os grupos que devem sua experiência de subordinação e dominação à estrutura econômica e às normas de avaliação cultural têm necessidade de políticas que incidam sobre essas duas dimensões.

É o caso do gênero e da raça. A subordinação racial tem sua raiz na hegemonia de uma norma cultural que valoriza positivamente o branco e desvaloriza o negro e os não-brancos, enquanto a condição de subordinação da mulher é fruto de uma norma cultural dominante que valoriza as características ligadas à masculinidade.

No entanto, ser negro e/ou ser mulher implica também um acesso diferenciado aos bens materiais em razão do papel que esses aspectos desempenham na organização da economia, o que se torna evidente na divisão sexual do trabalho e em uma divisão racializada do trabalho. O gênero é um princípio organizador da economia política, pois

ele está na base da divisão do trabalho produtivo remunerado e o trabalho reprodutivo e doméstico gratuito, sob responsabilidade das mulheres. Além disso, atua na definição social das profissões com maior prestígio (atividades profissionais e industriais bem remuneradas), predominantemente masculinas, e atividades profissionais consideradas femininas, mal remuneradas. Também a raça está presente na estruturação econômica, ao aprisionar os negros em atividades subalternas e informais, com baixos salários e pouco status social e garantir aos brancos a ocupação de atividades profissionais com maior prestígio social e com maior remuneração.

A particularidade desses dois casos, é que não se pode, simplesmente, mesmo, teoricamente, eliminar os grupos implicados, como no caso do proletariado, e somente o reconhecimento, por meio da valorização da diferença, não é suficiente para eliminar os processos de subordinação.

Para fins de nossa análise, vale ressaltar que a invisibilidade da temática racial pelo PT na década de 1980 advinha da dificuldade generalizada (Estado e outras organizações da sociedade civil) de perceber os laços entre o econômico e o cultural na constituição da problemática racial na sociedade brasileira. Durante a década de 1980 ela esteve relegada à cultura, e dessa forma excluída do temário partidário.

Apesar dos pontos em comum entre raça e gênero, na sociedade brasileira a politização e a visibilidade das desigualdades referenciadas à raça se desenvolvem em um quadro histórico e político mais complexo, uma vez que impõe como primeiro passo o reconhecimento da categoria raça como uma variável que opera nas relações sociais. No caso brasileiro é sempre possível remontar à particularidade nacional, acomodada no mito da democracia racial, quando se trata de pensar as relações raciais, ao passo que a questão de gênero, ao tangenciar as várias classes e grupos em interação social, não sofre os efeitos da invisibilidade que tem permeado a raça no Brasil.

Os movimentos organizados contra os processos de subordinação com base no gênero questionam a norma dominante da masculinidade e problematizam o seu papel na exploração, marginalização e exclusão econômica das mulheres, mas, não ameaçam, como a problematização das relações raciais, a representação que uma sociedade tem de si mesma. Aspecto que faz com que a situação da mulher negra seja agravada nesse quadro de subordinações e opressões simbólicas e materiais com base em gênero e raça. O papel que a raça desempenha no agravamento de sua condição de gênero tem sido minimizado

2. Gênero, raça e classe no projeto político partidário petista: as vantagens do gênero

Na década de 1980, o PT tendeu a tratar as demandas do movimento negro como problemas menores e que diziam respeito ao próprio movimento. Isso não significa que o partido não reconhecesse a existência de uma questão racial. Os principais documentos do PT (Diretório Nacional do PT, 1998), desde sua fundação, sempre fizeram menção à questão racial e às lutas dos movimentos sociais de uma forma geral. No entanto, quando analisamos os documentos da década de 1980 não encontramos uma reflexão sobre a questão racial. As referências se limitam a expressões de apoio e de solidariedade, seguidas de ênfase na autonomia do movimento negro.

Procedimento que é guiado por uma distinção entre exploração e opressão, na compreensão das lutas sociais. O princípio da exploração aplica-se às lutas identificadas com a classe trabalhadora e a opressão àquelas que são entendidas a partir da exterioridade a esse campo.

A ausência de uma reflexão no sentido de articular a variável raça e classe – articulação que estava presente no movimento negro de forma apenas embrionária – fez com que a questão racial fosse incorporada ao temário petista como uma forma de opressão e ficasse distante do projeto hegemônico que interpelava antes a classe trabalhadora. Esse entendimento, aliado à demanda do movimento negro por autonomia, impossibilitou que esse tema se casasse aos que o partido definia como prioritários.

O menor comprometimento do partido com a questão racial comparativamente à questão de gênero relaciona-se, pois, não só aos termos que guiavam o projeto político partidário, mas também à dinâmica particular dos movimentos implicados nessas questões: seus processos organizativos, suas estratégias de relação com demais forças da sociedade, as possibilidades de interlocução com os diferentes grupos e classes sociais e sobretudo, de mobilizar recursos materiais e simbólicos. Em todos eles o movimento feminista, predominante branco, estava em uma situação de vantagem em relação ao movimento social negro. Aspectos que não podem estar dissociados do universo de valores que cada um deles coloca em questão e do preparo da sociedade para assimilar e responder a esses questionamentos.

A capacidade de o PT interligar a exploração de classe à dominação de gênero deveu-se ao tipo de ação, reflexão e proposição que o movimento feminista levou para o

partido, que por sua vez refletia o grau de mobilização do movimento feminista e de mulheres e o seu poder de influência política na sociedade no contexto de transição para a sociedade democrática.

O posicionamento teórico-político do feminismo ocorreu no sentido de pressionar as instituições e organizações dominantes de forma a modificá-las em uma perspectiva de gênero. Fora isso, as questões de gênero estavam presentes em demandas concretas que facilmente poderiam ser associadas ao universo das mulheres das classes trabalhadoras, possibilitando a associação entre gênero e classe. As políticas de creche e planejamento familiar, que ocuparam a agenda política desse momento, diziam respeito a todas as mulheres, mas tinham especial importância para as mulheres das classes trabalhadoras. As mulheres das classes médias e altas podiam contar com o trabalho doméstico dessas mulheres para substituí-las, assim como eram as mulheres das classes médias e altas que detinham maiores informações e capital no acesso à contracepção segura.

A emergência de questões específicas ao gênero partiu tanto do universo das mulheres das classes trabalhadoras quanto das mulheres das classes médias, que por meio de diferentes experiências contribuíram para a politização do gênero no processo de redemocratização. As reivindicações das mulheres das classes populares, sendo específicas, não problematizavam, necessariamente, as relações de dominação com base em gênero, mas possibilitaram uma esfera de interlocução entre os movimentos populares e o movimento feminista, que tinha essas relações como alvo.

Além disso, a proliferação do movimento feminista se deu no contexto de ascensão profissional das mulheres da classe média e a crescente participação delas no espaço universitário, possibilitando sua participação no movimento estudantil e em organizações clandestinas de esquerda etc. A partir dessas esferas, surgiram formas de articulação específicas às mulheres.

Em uma análise comparativa entre os artigos publicados na Revista *Teoria e Debate* cuja temática estava relacionada às mulheres e à população negra podemos perceber que: a) o número de artigos dedicados à questão de gênero ou as condições da mulher na sociedade brasileira é muito superior ao dedicado à questão racial ou as condições de vida da população negra; b) aqueles que são convidados a fomentar esse debate na imprensa partidária a partir da perspectiva de gênero, são, via de regra, mulheres intelectuais e/ou acadêmicas; mulheres com vínculos definidos com a Revista *Teoria e Debate*; mulheres que exercem mandatos parlamentares pelo PT ou outro

partido. Trata-se de uma elite intelectual e política legitimada seja por sua presença nos centros de produção de conhecimento seja por sua atuação política em uma perspectiva de gênero. Uma análise das trajetórias intelectuais e políticas das autoras dos artigos sobre gênero nos mostra uma trajetória ascendente de qualificação profissional: doutorado e pós – doutorado, marcada por experiências em universidades e centros de pesquisas europeus, sobretudo, franceses.

ARTIGOS SOBRE RAÇA E GÊNERO/REVISTA *TEORIA E DEBATE* (1987-2002)²

DECADA DE 1980

Nº/Ano	Sessão/Título	Autor ³	Identificação do autor/Revistas
Nº 01 - 1987	<i>Sociedade: A mulher e a discussão de um tema-tabu: o aborto</i>	Comissão de mulheres do PT de São Paulo	
Nº 02 - 1988	<i>Sociedade: Luta de raças e de classes</i>	Florestan Fernandes	Professor universitário, sociólogo e deputado federal pelo PT-SP.
Nº 02 - 1988	<i>Sociedade: História recente, dez anos do movimento negro</i>	Hamilton Cardoso	Jornalista. Milita no Movimento Negro Unificado (MNU) e é filiado ao PT.
Nº 06- 1989	<i>Sociedade: Militância Feminina - Maturidade ao poder</i>	Vera Soares	Militante do movimento de mulheres, SP
Nº 08- 1989	<i>Trabalhadores: Mulheres - Mais-Valia Feminina</i>	Elisabeth Souza Lobo	Pertence ao Departamento de Sociologia da USP.

DECADA DE 1990

Nº/Ano	Sessão/Título	Autor	Identificação do autor
Nº 14— 1991	<i>Memória: Homenagem: Beth Lobo</i>	Helena Hirata & Ivete Garcia	Helena Hirata é pesquisadora do CNRS

²Cf Boletim Nacional, n.33 jan 88. A Revista Teoria e Debate é um órgão trimestral que expressa “as idéias que se manifestam no interior do partido, buscando aprofundar seu pensamento político e avançar no debate entre as diversas correntes de opinião, sempre procurando ter como referencial a conjuntura do país e mundial.”

³ Os artigos sobre a temática racial ou tema afim encontra-se em negrito.

			da França e professora visitante da USP Ivete Garcia é assessora dos Direitos da Mulher da Prefeitura de Santo André.
Nº 14 – 1991	<i>Opinião: Feminismo: Mulher na direção</i> abril/maio/junho de 1991	Tatau Godinho	Membro da executiva Estadual do PT-SP.
nº 16 – 1991	<i>Sociedade: Anticoncepcionais - A saúde da mulher</i>	Maria José de Oliveira Araújo	Membro do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e Coordenadora do Programa de Saúde da Mulher da Prefeitura de São Paulo.
Nº 17- 1992	<i>Sociedade: Contracepção: Planejamento familiar e atraso</i>	Fernanda Carneiro & Jurema Werneck	Fernanda Carneiro é Pesquisadora do Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e da Ecologia Humana da Fiocruz e membro do Fórum Contra a Esterilização de Massa do RJ. Jurema Werneck é militante do Centro de Articulação da População Marginalizada- CEAP.
Nº 19 - 1992	<i>Trabalhadores: Disparidade- Mulheres invisíveis</i>	Paola Cappellin	Professora de Sociologia na UFRJ – IFSC – Núcleo de Pesquisas Sindicais
Nº 19 – 1992	<i>Mulheres: Sexo forte - Máximo divisor comum</i>	Ângela Borba e Dulci Pereira	Ângela Borba é membro da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT. Dulci Pereira é 2º suplente de senador PT/SP.
Nº 21- 1993	<i>Comportamento: Vestidas para mandar - Política de Saias Justas</i>	Maria Rita Kehl	Membro do Conselho de Redação de <i>Teoria e Debate</i>
Nº 22-	<i>Opinião: Aborto - Em cinco</i>	Eva Blay	Senadora da República

1993	<i>anos, nada de novo</i>		pelo PSDB/SP.
nº 23-1994	<i>Comportamento: Mulheres sindicalistas</i>	Maria Rita Kehl & Luíza Costa	Maria Rita Kehl (texto final) é membro do Conselho de Redação de <i>Teoria e Debate</i> . Luíza Costa (entrevistas) é coordenadora da Secretaria de Mulheres do DR-PT/SP.
Nº 23-1994	<i>Sociedade: Ondas brancas nas pupilas negras</i>	Joel Zito Araújo	Videomaker e mestre em Sociologia da Educação
Nº 28 - 1995	<i>Debate: Sua cadeira ainda está vazia?(Não se fazem homens como antigamente/Não se fazem mais mulheres como antigamente)</i>	Flavio Aguiar & Maria Rita Kehl	Flavio Aguiar é jornalista e professor de Literatura. Maria Rita Kehl é psicanalista e membro do Conselho de Redação de <i>Teoria e Debate</i> .
Nº 29-1995	<i>Debate: Assédio - Uma questão de classe?</i> nº 29 - junho/julho/agosto de 1995	Maria Rita Kehl	Psicanalista e membro do Conselho de Redação de <i>Teoria e Debate</i> .
Nº 29-1995	<i>Debate: Limites da intolerância [Assédio]</i>	Samuel Mac Dowell	Advogado.
Nº 29-1995	<i>Debate: Legislando contra o assédio</i>	Marta Suplicy	Psicanalista e deputada federal pelo PT-SP.
Nº 31 – 1996	<i>Memória: Mulheres - O que está no ar</i>	M. Lúcia Silveira	Socióloga, doutoranda da PUC/SP.
Nº 32 – 1996	<i>Videvídeo: Vida de mulheres</i>	Maria Otilia Bocchini	Professora na ECA da USP e editora de Mulher e Saúde, da SOF.
Nº 35-1997	<i>Comportamento: A visibilidade mercadológica (sobre a Revista Raça)</i>	Gevanilda Gomes dos Santos	Socióloga, especializada nas relações sócio-raciais brasileiras e militante da Soweto -

			Organização Negra
Nº 36 - 1997	<i>Sociedade: Mulher, negra e pobre - A tripla discriminação</i>	Benilda Regina Paiva de Brito	Militante do Nzinga-Coletivo de Mulheres Negras e coordenadora do Benvinda-Centro de Apoio à Mulher da Prefeitura de Belo Horizonte e da Regional Brasil na Rede de Mulheres Afrocaribenhas e Afrolatinas.
Nº 39 – 1998	<i>Memória: Ângela Borba - bandeira de estrelas afiadas</i>	Graciela Rodriguez	Presidenta do Ser Mulher e membro do coletivo da Sec. de Mulheres do PT/RJ. Lígia Dabul é prof. de Sociologia da UFF e membro do Núcleo de Mulheres do PT-RJ.

2000 - 2002

Nº/Ano	Sessão/Título	Autor	Identificação do autor
Nº 46 – 2001	<i>Cultura: Entrevista com Mano Brown</i>	Spensy Pimentel	Assessor de comunicação do Instituto Cidadania, jornalista e mestrando em Antropologia na USP
Nº 50 – 2002	<i>Sociedade: Afinal, o que querem as mulheres?</i>	Gustavo Venturi e Marisol Recamán	Gustavo Venturi e Marisol Recamán são sociólogos, coordenador e coordenadora-assistente do Núcleo de Opinião Pública da FPA
Nº 49- 2002	<i>Sociedade: Racismo no mundo - a caixa de Pandora</i>	Edna Maria Santos Roland	Presidente da "Fala Preta!" organização de Mulheres Negras, e relatora-geral da III Conferência Mundial contra o Racismo,

			discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.
--	--	--	--

Um setor significativo do movimento feminista, formado por mulheres intelectuais que estavam ocupando espaços nas universidades e nos centros de pesquisas, dedicou-se a um só tempo a mostrar os vínculos entre a opressão de gênero e a exploração de classe e a fazer a crítica ao pensamento dominante de esquerda que se desenvolvia sem considerar essa clivagem.

A existência de um campo de conhecimento voltado para essa problemática fortalecia a estratégia política das mulheres/feministas e isso aparece muito claramente nos títulos de alguns dos artigos que foram publicados na *Teoria e Debate*. “**Militância Feminina - Maturidade ao poder**”; “**Mulheres - Mais-Valia Feminina**”; “**Feminismo: Mulher na direção**”; “**Disparidade- Mulheres invisíveis**”; “**Mulheres: Sexo forte - Máximo divisor comum**”; “**Vestidas para mandar - Política de Saias Justas**”; “**Mulheres sindicalistas**”; “**Assédio - Uma questão de classe?**”. Isso para ficar em alguns dos títulos que colocam claramente a questão do poder, dominação e relações de classes na perspectiva de gênero. As militantes do movimento de mulheres/feministas se alimentavam dessa produção de conhecimento que estava se desenvolvendo fora dos espaços partidários para alterar as práticas políticas internas.

Diferentemente, os militantes negros petistas só podiam contar com as concepções que resultassem de sua prática política imediata, em razão da inexistência de uma produção intelectual que problematizassem as relações raciais na perspectiva das relações de poder e dominação e exploração de classe. Fator que explica o número reduzido de artigos sobre a política racial brasileira na revista *Teoria e Debate*. Predomina o silêncio, quebrado, excepcionalmente, no Centenário da Abolição. Os poucos artigos escritos pela militância negra, fora desse contexto, não interpelam as concepções e práticas de poder no partido, direcionam seus olhares para outras dimensões. Entre os autores dos poucos artigos dedicados à temática racial, o único com um vínculo orgânico com o PT é Florestan Fernandes. O artigo escrito por Joel Zito Araújo (1994) é uma crítica à forma como a TV trata o negro e a cultura negra, seu papel como reprodutora de preconceitos e estereótipos raciais. Gevanilda Gomes dos Santos

(1997) também se dirige aos meios de comunicação, mas desta vez à *Revista Raça*, que tem como perfil ser uma revista de moda e de beleza negra. Segundo ela, a revista estaria imersa no universo da via individual de ascensão social do negro, “que se realiza no plano do consumo”, gerando uma imagem do negro distante da realidade brasileira e mais próxima dos negros norte-americanos. E Benilda Paiva Brito (1997) trata das diferenciações presentes no movimento feminista, a partir da perspectiva da mulher negra.

O que podemos constatar é uma dificuldade da militância negra petista em concretizar a interlocução com o PT respaldada na articulação entre raça e classe. Ela não conseguiu introduzir a problemática racial entre os temas do partido por meio da concepção de que a raça funciona como um agravante dos processos de exploração. Embora setores significativos do movimento negro que entraram em cena no final da década de 1970, estivessem submersos na cultura política de esquerda, a compreensão da luta contra o racismo e as desigualdades raciais por meio do vínculo entre raça e classe carecia de respaldo teórico: a posição da militância a esse respeito era muito intuitiva.

Quando Sônia Alvarez (1988) trata da politização de gênero no processo de abertura, ela particulariza os efeitos do modelo de desenvolvimento econômico do regime autoritário sobre a mulher branca de classe média que é predominante no movimento feminista. Eles significaram a crescente inserção dessas mulheres nas profissões de melhor prestígio, nas funções administrativas e no ingresso na universidade. Em 1980 o número de mulheres na universidade era praticamente igual ao número de homens, o que teve impacto sobre a produção teórica e a construção do conhecimento que se realizam nesse espaço. Ao terem acesso aos espaços de produção de conhecimento científico, as mulheres brancas de classe média fizeram uso das vantagens “políticas, financeiras e existenciais que propiciam o conhecimento aos que o detêm” (Charles Tilly, 2003, p.57).

Diferentemente, o que particulariza a inserção da população negra nos espaços oficiais de construção do conhecimento é a raridade e, por consequência, a invisibilidade. Se o debate atual ainda é a sub-representação da população negra na universidade, pode-se imaginar o que isso significava no final da década de 1970 e na década de 1980. Os processos de mobilização e organização da militância negra que estava ascendendo aos espaços da classe média brasileira acionando uma identidade racial são recheados de dificuldades de ordem econômica e estrutural. Esta realidade era um obstáculo à

formulação de uma perspectiva teórica capaz de subsidiar uma ação política coerente com a perspectiva que alimentava a interlocução da militância negra com a esquerda brasileira.

Não por acaso a figura de Florestan Fernandes ocupa um papel fundamental no universo simbólico da militância negra que se formou nesse período, em razão de sua contribuição intelectual para o questionamento do mito da democracia racial e de seu engajamento político com essa temática..

Por fim, outro elemento que atua nesta dificuldade teórica e política de articulação entre raça e classe, é que os obstáculos impostos pelo suposto pertencimento racial são experimentados de formas distintas em função de sua relação com outras dimensões presentes nas interações sociais, como a situação de classe, o gênero, a inserção geográfica, etc.

Em sua pesquisa, Andrews (1998) mostra como indivíduos negros qualificados para a ocupação de cargos considerados de classe média sentem e percebem mais fortemente a presença da barreira racial do que os indivíduos negros inseridos no universo da classe trabalhadora. O status racial, juntamente com a educação, relações pessoais e familiares e boa aparência, tem sido mobilizado na concorrência pela ocupação de vagas de colarinho branco, mas tem tido pouca relevância na competição pelo preenchimento das ocupações identificadas como sendo das classes trabalhadoras. Estas são questões que interferem na politização da questão racial por meio da articulação entre raça e classe, pois é preciso considerar como as diferentes situações de classe interagem com a subordinação racial e como elas são elaboradas pelos indivíduos em suas experiências cotidianas e transformadas em consciência política.

A literatura sobre as várias fases dos movimentos negros tradicionais, desde a Frente Negra (1931) ao Movimento Negro Unificado (1978), evidencia que esses movimentos têm encontrado dificuldades em estabelecer vínculos orgânicos com a maioria da população negra, o que pode ser explicado pela diferença de interesses que levaram à organização desses movimentos – geralmente organizados por negros que estavam ascendendo aos espaços de classe média – com os presentes no universo da população negra da classe trabalhadora ou de setores dessa população submetidos a situações de privação material mais intensa.

A militância negra petista ao elaborar o vínculo entre raça e classe na perspectiva da classe trabalhadora se deparava com as mesmas dificuldades do movimento negro, em

suas várias fases. Como transformar as relações raciais no Brasil em objeto de politização também por parte desse grupo? Isso ocorreria à medida que as mediações entre a institucionalização do racismo e os processos de dominação, subordinação e privação material aos quais estão submetidos a população negra se tornassem perceptíveis. No entanto, se para os negros que ascendem aos espaços de classe média essa é uma dimensão que se mostra evidente, a mesma evidência não se produz no universo das classes trabalhadoras e nos espaços de concentração da pobreza.

Do ponto de vista da análise social, é bem recente a perspectiva que procura mostrar que a pobreza não é um processo homogêneo, mas que ela varia de acordo com o cruzamento de múltiplas diferenças, raça, gênero, idade, etc. Em razão dos processos ideológicos que legitimam essas diferenças, nem sempre é possível aos indivíduos percebê-las por meio de suas experiências imediatas, o que dificulta que sejam traduzidas em consciência ou organização política. A falta de correspondência entre o discurso que procurava estabelecer nexos entre raça e classe e os processos de organização política da classe trabalhadora enfraquecia o seu poder de influência no partido.

II

3. Os novos significados políticos no campo do debate das relações étnico- raciais e a emergência do protagonismo feminino negro

A partir da segunda metade da década de 1990 o campo do movimento social negro passou por um processo de mudanças gerador de novos significados políticos. A proposição de ampliação de direitos para a população negra com base nas políticas de ações afirmativas⁴ começa a se difundir entre as entidades e organizações do movimento social negro a partir da segunda metade da década de 1990. Esse deslocamento tem na Marcha Zumbi de 1995 um marco importante, mas só se transforma efetivamente em uma linguagem de setores amplos do movimento negro quando da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul.

⁴ Sobre ações afirmativas Guimarães (1999) afirma que “A expressão, tal como é usada no cotidiano, refere-se a programas voltados para o acesso de membros de minorias raciais, étnicas, sexuais ou religiosas a escolas, contratos públicos e postos de trabalho.” (p.153). Ver em Rosana Henringer (2001) o mapeamento de iniciativas de políticas de ações afirmativas desenvolvidas na sociedade brasileira.

A realização da III Conferência faz parte de um plano de intervenção da Organização das Nações Unidas em questões que têm se revestido de um caráter global em razão de extrapolarem as fronteiras nacionais em uma conjuntura caracterizada pelo refluxo do Estado-Nação enquanto unidade política central. É por essa razão que alguns autores se arriscam a falar, quando debatem os espaços dessas conferências internacionais promovidas pela ONU, em esfera pública transnacional (Vieira, 1997) ou sociedade civil global (Teixeira, 2003a). Conferências como a Eco-92 no Rio de Janeiro, a Conferência dos Direitos Humanos em Viena (1993), Conferência de População no Cairo (1994), Cúpula Social em Copenhague (1995) e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim (1995) têm como objetivos debater e propor recomendações para essas questões a partir de uma perspectiva mundial.

A III Conferência Mundial de Combate ao Racismo se insere nessa estratégia de debater questões candentes para o mundo por meio de conferências internacionais. A Conferência de 2001 lidou com um conjunto amplo de objetivos direcionados à avaliação dos avanços na luta contra o racismo, a discriminação racial e as formas correlatas de discriminação; à avaliação dos obstáculos que impedem esse avanço em seus contextos diversos; bem como à sugestão de medidas de combate às expressões de racismos e intolerâncias.

A mobilização que essas Conferências Internacionais têm sido capazes de gerar deriva dos espaços preparatórios nacionais e regionais que funcionam como fóruns para as várias organizações dos movimentos sociais envolvidos nessas temáticas. Esses espaços propiciam articulações, intercâmbios de ideias e experiências, explicitação de problemas e formulação de consensos.

As organizações da sociedade civil têm utilizado os espaços das Conferências Internacionais para pressionar as delegações oficiais; participar das sessões plenárias com direito a voz; criar redes internacionais, denunciar as situações locais; apresentar emendas aos documentos oficiais; elaborar documentos alternativos aos documentos oficiais assinados por representantes dos governos e das instituições oficiais (Teixeira, 2003a). Nesse processo interativo entre sociedade civil e os organismos internacionais, as ONGs têm se constituído em interlocutoras políticas privilegiadas, sendo apresentadas em muitas acepções como sinônimo de sociedade civil global.

O principal fruto da III Conferência para o movimento social negro brasileiro foi a popularização do tema das ações afirmativas e a construção de uma agenda política em

torno dela. Essa popularização ocorreu graças às polêmicas em torno da proposta de política de cotas que a delegação brasileira levou a Durban, sua cobertura pela imprensa nacional e o início de implantação de políticas de cotas para estudantes negros em algumas universidades públicas, imediatamente após o término da Conferência (Peria, 2004).

Para os objetivos dessa comunicação importa assinalar que esse processo que se inicia com a Marcha a Brasília (1995) e se concretiza com a Conferência de Durban (2001), significa o recuo da esquerda como a matriz a partir da qual deveria se dar a politização da problemática racial no Brasil. A militância negra que teve o seu processo de socialização política na década de 1970 e que se consolidou enquanto representante do movimento social negro contemporâneo foi fortemente influenciada por essa matriz. Isso não significa que o movimento social negro tenha tido uma relação harmônica com as organizações de esquerda. A análise do encontro do movimento negro com o PT (Soares, 2009) evidenciou justamente o contrário. No entanto, os militantes negros se construíram e se constituíram politicamente e ideologicamente como militantes da esquerda, campo ao qual associavam o movimento negro. A filiação do movimento negro à esquerda se traduziu na escolha do vínculo entre raça e classe como a orientação política- ideológica de setores significativos desse movimento social. Uma das consequências dessa orientação foi a resistência do movimento em absorver questões outras como pertinentes e agravantes do processo de subordinação da população negra, a que nos interessa mais de perto à questão de gênero. Essa barreira é revelada em toda a sua intensidade no depoimento de Lúcia Xavier ao CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) quando fala do seu encontro com o movimento de mulheres quando era filiada ao IPCN (Instituto de Pesquisas das Culturas Negras) e da inclusão do gênero em sua ação política:

Eu já tinha a discussão de gênero por outros motivos, mas nunca tão ligada às duas questões: gênero e raça. Apesar de as duas discussões estarem muito forte, o que prevalecia era uma discussão marxista – eu também vinha dessa formação. Bom a gente achava que não superaria o problema do capitalismo só com a questão do trabalho, tinha que ter a questão da raça, mas de gênero a gente não conseguia ver por onde passava. Tendo mulheres na direção já era suficiente. Mas aí o movimento de mulher foi crescendo, foi se estruturando foi se organizando e foi mostrando que não tinha outro jeito. A gente pensava muito diferente mesmo. A questão racial era, em si, estruturante desse processo, mas não tinha como esperar

passar o problema da raça. Era igualzinho a repetir a questão do trabalho: espera passar o problema de classe para depois resolver o de raça. Espera resolver o problema de raça para depois resolver o de gênero. Não tinha como.” (Alberti & Pereira, 2007, p.300)

De certa forma podemos dizer que o movimento negro padecia do mal que ele criticava na esquerda: a centralidade da luta de classes como eixo organizador da agenda política, o que no movimento negro se traduzia pela centralidade do eixo raça e classe. O descontentamento com essa posição levou as mulheres negras a buscarem formas de organizações mais autônomas nas quais elas pudessem ser reconhecidas em suas pautas e em suas potencialidades políticas. Data do início da década de 1980 o processo de organização autônoma das mulheres negras que pode ser ilustrado por meio da criação do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras em 1983, sob a coordenação de Lélia Gonzales, e da realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras em dezembro de 1988. No entanto, a nossa hipótese geral de trabalho é de que a visibilidade do protagonismo negro feminino na esfera pública nacional está associada à conjuntura de inflexão do movimento social negro do campo da esquerda para um projeto liberal radical; uma vez que é ele que comporta a perspectiva das ações afirmativas.

É como parte dessa abordagem mais ampla que nos arriscaremos a apresentar algumas questões norteadoras de uma agenda de pesquisa sobre o papel do protagonismo negro feminino na esfera pública nacional. Pelo fato de carecerem de amadurecimento intelectual a apresentamos como hipóteses de trabalho: 1) A dissociação da politização da questão racial do campo da esquerda - historicamente dominado por uma perspectiva masculina da política e do poder - em que pese as críticas das feministas, abriu oportunidades para o protagonismo feminino negro e a sua afirmação enquanto movimento negro. 2) A intersecção entre gênero e raça tem se mostrado muito mais potente para a politização e institucionalização da questão racial no Brasil do que a intersecção raça e classe. 3) A disputa das mulheres negras com as mulheres brancas da classe média, porta-vozes do feminismo, por espaços institucionais para o gênero na perspectiva da raça possibilitou às mulheres negras um processo de aprendizagem política e profissional que as qualificaram para batalhas mais complexas como a participação na Conferência de Durban e a ocupação de espaços de poder no Estado, quando da institucionalização da problemática racial. 4) Assim como as mulheres brancas que introduziram o debate da questão de gênero no PT, o protagonismo feminino

negro, via as organizações negras, e a inserção política das mulheres negras nos espaços de poder, está ancorado nas vantagens que o conhecimento proporciona aqueles que o detêm expresso na qualificação política e profissional.

Pretendemos problematizar essas questões a partir da atuação das mulheres negras, e de organizações negras femininas na Conferência de Durban (2000), tomando-a a partir de seu processo preparatório, e da participação dessas mulheres e organizações na promoção e desenvolvimento de uma agenda de políticas públicas para a população negra e sua presença nos espaços institucionais no âmbito do Estado.

Para o momento, exploraremos apenas alguns elementos que nos levaram a essas questões que estão sendo apresentadas aqui como uma agenda de pesquisa. Alguns aspectos são importantes a se considerar nesse debate sobre a afirmação política e identitária do movimento de mulheres negras. Primeiro que esse movimento se dá em contraponto tanto ao feminismo e sua ideia abstrata de mulher quanto ao movimento negro que também partia de uma ideia igualmente abstrata de negro sem considerar que a intersecção raça e gênero, particulariza a inserção da mulher negra nos processos de subordinação, exploração e opressão raciais. Portanto, as mulheres negras tiveram que se organizar tendo em vista essa dupla invisibilidade. Segundo, que a emergência de ONGs negras, faz parte de um processo de modificação do campo dos movimentos sociais, que inclusive traz consigo a questão se essas organizações poderiam ou não se classificar como movimentos sociais em razão do seu caráter de prestação de serviço e a tendência à profissionalização (Teixeira, 2003b). E por fim, é preciso assinalar que as ONG's negras passam a disputar o espaço político tanto com a militância negra presente nos partidos e sindicatos como com as organizações e entidades mais tradicionais do movimento negro, com o aumento considerável dessas organizações na década de 1990.

Feita essas ponderações poderemos voltar à questão que nos propusemos a abordar na segunda parte dessa comunicação, ainda que de forma incipiente: alguns elementos do empoderamento das mulheres negras que estiveram à frente do processo preparatório de Durban. O protagonismo feminino negro esteve presente tanto pelo lado da sociedade civil quanto pelo lado do Estado. Pelo lado da sociedade civil destaca-se o papel da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban (Alberti & Pereira, 2007; Bairros, 2002), como podemos vislumbrar na fala de uma de suas protagonistas:

A III Conferência constituiu um momento especial de crescente protagonismo das mulheres negras no combate ao racismo e à discriminação racial, tanto no plano nacional como no internacional. Entre as diferentes iniciativas desenvolvidas, destaca-se a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban, composta por mais de uma dezena de organizações de mulheres negras do país e coordenada pelo Criola, organização de mulheres negras do Rio de Janeiro, pelo Geledés/Instituto da Mulher Negra, de São Paulo, e pelo Maria Mulher, do Rio Grande do Sul.” (Carneiro, 2002, p.2)

As três organizações mencionadas foram fundadas a partir da disputa por reconhecimento do gênero no movimento negro e da raça no movimento feminista: Maria Mulher: organização de mulheres negras (1987); Geledés: instituto da mulher negra (1988); Criola (1992), e têm como referência a afirmação política das mulheres negras, conforme os relatos abaixo:

Então foi com essa ideia de reconhecimento de um lugar que cabe ao feminino na construção do mundo que a gente pensou essa entidade [**Geledés: Instituto da Mulher Negra**]. Ou seja, de ser uma organização de mulheres, lideradas por mulheres, que pudesse conter a presença masculina, mas desde que a liderança feminina fosse respeitada, que fosse um instrumento de dar voz, visibilidade e promover mulheres negras na sociedade brasileira. Então essa foi a concepção original do ponto de vista do nome. Buscamos nessa tradição os conteúdos para construir um instrumento de afirmação de mulheres negras (Alberti & Pereira, 2007, p.278)

A **Criola** nasceu dessa possibilidade de juntar essas mulheres, com essas experiências todas, num outro tipo de ação política. Aí não mais presas a uma organização mista, mas uma organização única para mulheres, dirigida por mulheres, fundadas por elas, voltadas para a construção de um espaço para discutir esse feminismo negro. E, ao mesmo tempo, pensar formas alternativas de superação das questões. Então, basicamente, nasceu para instrumentalizar a mulher a enfrentar o drama do racismo. Quer dizer, o drama do racismo, do sexismo e da homofobia, que era um outro novo detalhe. (Alberti & Pereira, 2007, p.302)

Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras foi fundada em 8 de março de 1987 por mulheres negras oriundas do movimento de negras e negros. Na sua fase inicial alertou de forma pioneira os Movimentos Negro e Feminista de

Porto Alegre para a necessidade de serem abordadas questões específicas das mulheres negras. Nos encontros com os Movimentos Sociais de Negras e Negros, a organização propôs fossem identificadas e trabalhadas as especificidades relativas ao gênero, já que até aquele momento via-se, de forma uma as reivindicações de negros (homens e mulheres). No movimento de mulheres e feminista, alertou para a importância da inclusão da temática sobre raça e classe.⁵

Pelo lado do Estado temos o nome de Dulce Pereira que foi chefe da delegação brasileira na primeira Conferência preparatória que aconteceu em Genebra (2000), mas que também é identificada como sendo do campo do movimento social negro. Temos também o nome de Edna Roland, que embora seja presidente de uma organização da sociedade civil, a organização “Fala Preta”, inseriu-se no processo de Durban, como consultora da delegação oficial, vindo a ser indicada pelo Estado brasileiro para ser relatora geral da Conferência. Para fins dessa análise, selecionamos os nomes de algumas mulheres negras que têm sido mencionadas nos debates sobre Durban e no pós-Durban. São nomes que despontam como figuras chave nesse espaço organizativo e político em razão do papel de liderança que exercem: Alzira Rufino, Dulce Pereira, Edna Roland, Jurema Batista, Jurema Werneck, Lúcia Xavier, Luiza Bairros, Nilma Bentes, Sueli Carneiro, Wânia Santanna (Alberti & Pereira, 2007; Estudos Feministas, 2002). Incluiremos nessa lista o nome de Matilde Ribeiro que respondeu de março de 2003, quando foi fundada, a fevereiro de 2008 pela SEPPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, criada pelo governo Lula.

Estamos, nos referindo, pois, a uma elite feminina negra com capacidade de mobilizar, organizar e acionar recursos no processo de organização da Conferência Internacional e de institucionalização da questão que avançou como sua consequência. Abaixo apresentamos um quadro com os nomes das mulheres já citadas e a filiação política e/ou profissional dessas mulheres.

NOME	ORGANIZAÇÃO OU ESTADO	FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL	MILITÂNCIA
Alzira Rufino	Casa da Cultura da Mulher Negra – Santos (1990)	Enfermagem Poeta	Violência Doméstica, Sexual e Racial

⁵ Histórico. Disponível em <<http://www.mariamulher.org.br/quem%20somos.html>> acesso em: 03-08-2012.

Dulce Pereira	Presidente da Delegação Brasileira na Conferência Preparatória de Genebra (2000)	Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1980). É professora da Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP	Presidente da Fundação Palmares (1996-2000). Secretária Executiva da CPLP, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, (2000-2002). Assessora Especial da Presidência. (2002)
Edna Roland,	Fala Preta! Organização de mulheres negras	Graduada em Psicologia. Mestre em Psicologia Social	Fundadora de quatro organizações negras: Bloco Afro Alafiá, em 1984; Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, em 1984; Geledés - Instituto da Mulher Negra, em 1988; e FALA PRETA! Organização de Mulheres Negras, em 1997.
Jurema Batista	MNU (Movimento Negro Unificado)	Graduação em Letras (1983). Gerente de Segurança Alimentar na Secretaria de Assistência Social.	Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras (1983). Vereadora do Rio de Janeiro pelo PT (1992-1996; 1996-2000; 2000-2002). Deputada Estadual pelo Rio de Janeiro (2003-2006)
Jurema Werneck	Criola	Graduação em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (1986), mestrado em Engenharia de Produção pela Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia/COPPE/ UFRJ (2000) e	É coordenadora do Criola, Representa o Movimento Negro no Conselho Nacional de Saúde. Foi coordenadora geral da 14a. Conferência Nacional de Saúde (2011)

		doutorado em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007).	
Lúcia Xavier	Criola	Graduação em Serviço Social (UFRJ)	Coordenadora da Criola. Membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Secretária Executiva da Articulação de Ongs de Mulheres Negras (AMNB)
Luiza Bairros	Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)	Graduada em Administração Pública e Administração de Empresas, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1987). Estudos de pós-graduação em Sociologia, na Michigan State university (1997)	Movimento Negro Unificado (MNU). (1979-1994). Grupo de Mulheres do MNU (1981). Primeira Coordenadora Nacional do MNU (1991). Consultora do Sistema das Nações Unidas no Brasil no processo da III Conferência de Durban. Titular da Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia (SEPROMI) (2008-2010)
Matilde Ribeiro	Titular da SEPPIR (Secretária Especial para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial), entre março de 2003 a agosto de 2008	Graduação em Serviço Social- PUC/SP (1983). Mestrado em Serviço Social- PUC/SP (1999). Doutoranda em Serviço Social- PUC/SP (2008)	Trabalhou na SOF (Sempreviva Organização Feminina). Participou dos coletivos dirigentes da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT em seus dois primeiros mandatos. No período de 1995 a 1997 foi coordenadora da Assessoria dos Direitos da Mulher de Santo André na gestão do prefeito Celso Daniel. Integrou a coordenação do programa de governo do PT em 2001 como responsável pela questão racial.

Nilma Bentes	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa)	Graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia. Aposentada do Banco da Amazônia	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa)
Sueli Carneiro	Geledés	Graduada em Filosofia (USP) (1980) Doutora em Filosofia – USP (2005) Coordenadora Executiva do Geledés	Fundadora do Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo (1984) e do Geledés (1988). Conselheira e secretaria geral do Conselho de Condição Feminina do Estado de São Paulo (1984) Coordenadora do Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1988-1989). -
Wânia Santanna	Assessora de Gênero da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE),	Formada em História PUC-Rio de Janeiro (1984). Pesquisadora. Consultora da Ouvidoria da Petrobrás. (2012)	Conselheira do Conselho Nacional de Mulheres (1999-2003). Secretaria de Direitos Humanos o Estado do Rio de Janeiro em 2002.

Uma das nossas hipóteses de trabalho é a de que a aliança e disputa das militantes negras com as mulheres brancas da classe média pelos espaços institucionais que estavam sendo conquistados pelas mulheres no processo de redemocratização significou uma fonte de empoderamento para muitas das mulheres negras que estão ocupando esse cenário. O movimento de mulheres/ feminista foi o que mais apostou no processo de institucionalização de suas demandas, sem que isso fosse visto como uma oposição à sua autonomia. Para o movimento negro, ao contrário, o tema da institucionalização: presença no Estado e nas organizações não-negras sempre foi muito caro, motivo de desconfiança e gerador de conflitos.

Um exemplo bastante claro dessas diferentes posições pode ser observado no engajamento de cada um desses movimentos na criação primeiro do Conselho da Condição Feminina do Estado de São Paulo (1982) e depois do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo (1984). O Conselho

da Condição Feminina foi uma demanda fruto da mobilização e organização de setores de movimento de mulheres/feministas no processo eleitoral e na configuração partidária quando da abertura política. No que se refere ao Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, ele foi fruto não de um projeto do movimento negro ou de setores do movimento negro, mas de ações individuais de militantes negros ligados ao PMDB. Hélio Santos e Ivair Alves dos Santos inspirados na experiência do Conselho Feminino acreditaram ser importante um Conselho da Comunidade Negra (Santos, 2010). Mas essa presença no Estado era vista pelo movimento negro como uma cooptação. Segundo Hélio Santos, havia o entendimento, por muitos, que esse espaço poderia funcionar como uma forma de tutelar os negros. (Alberti & Pereira, 2007)

As mulheres negras, por sua vez, que também estavam se organizando enquanto movimento, entenderam que era importante disputar o espaço do Conselho Feminino com as mulheres brancas, legitimando, pois, a institucionalização do eixo gênero e raça. Segundo depoimento de Sueli Carneiro (Alberti & Pereira, 2007), o primeiro conselho de mulher do Brasil foi criado com 32 conselheiras, entre as quais não tinha nenhuma mulher negra. Dessa disputa é que surgiu o Coletivo de Mulheres Negras em 1984, criado por Sueli Carneiro e outras mulheres negras. Esse Coletivo conseguiu por meio da pressão, introduzir duas mulheres negras no Conselho que com o respaldo do Coletivo de Mulheres Negras iniciaram a disputa dos espaços para o gênero na perspectiva das relações raciais. A pressão das mulheres negras forjou a ampliação do espaço para a representação da mulher negra com a criação no Conselho da Comissão para Assuntos da Mulher Negra que chegou a contar com presença de vinte mulheres negras e que levou Sueli Carneiro a conselheira e depois secretária-geral do Conselho. Em 1987, em razão dessa experiência, ela foi convidada para ser coordenadora do Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça. Edna Roland que participou dessa inserção institucional da mulher negra pelo caminho da interseccionalidade entre gênero e raça avalia o acúmulo dessas experiências para a organização da mulher negra:

E aí, o que tinha acontecido com a nossa passagem pelo Conselho dos Direitos da Mulher e pelo Conselho Estadual da Condição Feminina? Nós tínhamos aprendido certas coisas. Primeiro tínhamos aprendido algumas práticas administrativas: como é que você organiza uma instituição, comissões, grupos de trabalho... Segundo, tínhamos entrado em contato com algumas agências financiadoras. (Alberti & Verena, 2007, p.283)

Vemos pelo relato de Edna Roland que a experiência institucional se materializou em um tipo de saber que se transformou em uma ferramenta fundamental no momento de criação das Organizações de mulheres negras.

Outro saber não menos importante nessa conjuntura de Conferência Mundial e de intercâmbio com a cooperação internacional é o domínio de uma segunda língua. A qualidade da participação e intervenção em uma Conferência Internacional está associada ao domínio de uma língua estrangeira uma vez que a língua portuguesa não é uma língua oficial das Organizações das Nações Unidas. Nesse contexto, o domínio da língua estrangeira, apresenta-se como uma vantagem àquele que a domina qualificando-o para ocupar espaços de liderança e de poder. Lúcia Xavier, coordenadora da ONG Criola, pontua essa questão quando relata a diferente inserção de homens e mulheres na participação brasileira na Conferência Regional das Américas em Santiago do Chile, preparatória para a Conferência Internacional:

Convocamos uma reunião com todo mundo e resolvemos estruturar o trabalho. Qual vai ser o trabalho? Vai ter uma comissão que vai atrás da comida, outra comissão que vai ficar fazendo barulho ... E quando vimos, só tinha mulheres. Bom, então fomos nós mesmas. Levamos de lavada a Conferência do Chile, toda ela. Conseguimos alguns aliados masculinos, que viram que tinham que se plantar e se plantaram, a maioria não falava espanhol, a maioria não sabia onde estava, nem o que estava fazendo, mas juntou todo mundo: “Fulano, olha, tem que rever o texto, construir o texto, tem que fazer isso...” (Alberti & Pereira, 2007, p.368)

O que no depoimento de Nilma Bentes (2002) é assinalado como um mecanismo de hierarquização entre as Organizações que estavam disputando espaços de participação na Conferência:

Estava ciente de que quem tivesse conhecimento de outras línguas, sobretudo o inglês, as entidades mais bem organizadas e com experiência em conferências mundiais, teriam, certamente, maiores possibilidades de garantir a participação, inclusive com certa antecedência. Não teriam, por exemplo, que esperar o apagar das luzes para saber se viajariam ou não para Durban. (2002, p.3)

Em outro momento de seu depoimento Nilma Bentes evidencia como o predomínio da língua inglesa nas discussões, publicações e informes no âmbito da Conferência de Durban tornou – se um obstáculo ao acompanhamento da Conferência por grande parte da delegação brasileira.

Edna Roland, relatora geral da Conferência de Durban, fala da raridade de ativistas negros fluentes em inglês e deixa claro que essa qualificação é importante na concorrência por recursos e na abertura de oportunidades enquanto militante do movimento social negro. É a essa qualificação que atribui a sua escolha para participar do projeto Iniciativa Comparativa de Relações Humanas que tinha como objetivo comparar as relações raciais no Brasil, nos Estados Unidos e na África do Sul. Projeto dirigido por Lynn Walter Huntley uma pessoa com ligações com a Fundação Ford, importante agência financiadora dos projetos das Organizações Negras no Brasil:

Ela passou pelo Brasil, e conhecia inicialmente a Sueli Carneiro mais do que mim, mas havia um requisito para poder integrar esse grupo: além de entender da questão racial, tinha que ser fluente no inglês, porque as reuniões seriam em inglês e não haveria tradução. Então o fato de ter fluência no inglês foi um fator decisivo. Eu não era a única militante do movimento negro do Brasil fluente em inglês, mas era uma das poucas e, por alguma razão, a Lynn me convidou e passei a integrar esse grupo composto por figuras extraordinárias. (Alberti & Pereira, 2007, p.359)

Essas são questões que devem ser aprofundadas no sentido de uma maior compreensão do processo de institucionalização da problemática racial na sociedade brasileira a partir das interseccionalidades raça e classe e gênero e raça. Por mais que estejamos ressaltando o papel da qualificação intelectual e profissional dessas mulheres como uma importante ferramenta em seu protagonismo político, uma comparação entre as mulheres negras do cenário de Durban e as mulheres brancas da Revista Teoria e Debate mostram diferentes relações entre o mundo do ativismo político e o universo da produção de conhecimento por esses dois grupos de mulheres. Simplificando podemos dizer que as mulheres brancas, que estão expressando suas opiniões na *Revista Teoria e Debate*, podem ser classificadas em três grupos: 1) mulheres intelectuais, com inserções definidas no campo da produção do conhecimento, que desempenham o papel de fornecer respaldo intelectual e teórico ao movimento de mulheres/feminista: Elizabeth Souza Lobo, Helena Hirata; Paola Cappellin; Maria Rita Kehl, Eva Blay, Maria Otília Bocchini, Lígia Dabul; 2) mulheres que passaram pelas universidades que tiveram acesso aos espaços de produção de conhecimento, mas que são identificadas pelas suas ações nos espaços especificamente políticos: Ivete Garcia, Tatau Godinho, Luiza Costa, Graciela Rodriguez, Ângela Borba, Marta Suplicy 3) mulheres cuja a inserção no debate

político sobre gênero se efetiva em razão de práticas e compromissos profissionais: Maria José de Oliveira Araújo, Fernanda Carneiro, Maria Lúcia Silveira; Marison Recamán.

Constatamos, pois, por esse quadro, uma diversidade por parte desse grupo na mobilização de recursos: intelectuais, políticos e profissionais. Quando olhamos o quadro das mulheres negras aqui citadas, vemos que existe uma clara desvantagem no que se refere aos vários recursos mobilizados, sobretudo aos recursos intelectuais, identificados aqui como o campo da produção de conhecimento. São ainda muito frágeis os vínculos da população negra: homens e mulheres, com os centros de produção de conhecimento de maior prestígio e reconhecimento, responsável pela formação de uma parte significativa da elite brasileira. As elites brancas que têm se formado nesses espaços, mesmo a mais progressista como a que gravitou em torno do PT ou a que se identificou com o feminismo enquanto matriz intelectual, não foi capaz de produzir conhecimento na perspectiva que revelasse a particularidade da raça nos processos de subordinação, opressão e privação material, salvo raras exceções. E embora nas últimas duas décadas seja possível identificar uma elite negra forjada por meio do acesso à educação, ainda é muito desigual a sua inserção nos espaços de produção de conhecimento e, portanto, os efeitos do conhecimento como instrumento capaz de auxiliar na construção de uma sociedade mais democrática na perspectiva das relações étnico-raciais, embora seja possível identificar essa contribuição nas relações de gênero.

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amílcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.
- ALVAREZ, Sônia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo 1888-1988*. Bauru: Edusc, 1998.
- ARAUJO, Joel Zito. Ondas brancas nas pupilas negras. *Teoria e Debate*, n. 23, 1994.
- BAIROS, Luiza. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo. *Revista Estudos Feministas*. v.10, n. 1/2002.
- BENTES, Nilma. Brasil-Durban-Brasil: Um Marco da Luta contra o Racismo. *Estudos Feministas*, v.10, n. 1/2002.

- BRITO, Benilda Regina Paiva. Mulher, negra, pobre. A tripla discriminação. *Teoria e Debate*, n.36, 1997.
- DIRETÓRIO NACIONAL do PT. *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- FRASER, Nancy. Qu'est-ce que la justice sociale ? Reconnaissance et redistribution. La Découverte, Paris, 2005.
- PERIA, Michelle. Ação afirmativa: um estudo sobre reserva para negros nas universidades públicas brasileiras: o caso do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional. Programa de pós-graduação em Antropologia Social, 2004.
- SANTOS, Gevanilda, Gomes dos. *A visibilidade mercadológica*, *Revista Teoria e Debate*, n. 35. 1997.
- SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *O movimento negro e o Estado (1983-1987): o caso do conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no governo de São Paulo*. 2ª ed. Cone, 2010.
- SOARES, Claudete Gomes. *Raça, classe e cidadania: a trajetória do debate racial no Partido dos Trabalhadores (1980-2003)*. Campinas, 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia. *Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização*. São Paulo: Annablume: Pólis, Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, 2003b.
- TEIXEIRA, Elenaldo. A participação cidadã na sociedade civil global. In: _____. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadão*. São Paulo: Cortez, 2003 a.
- TILLY, Charles. O acesso desigual ao conhecimento. *Tempo Social*. Rev. Sociol. USP. v. 18, n.2, nov. 2006.
- VIEIRA, Liszt. Rumo à sociedade civil global. In: _____. *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro: Record. 1997.